

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021
(Da Sra. TEREZA NELMA)

Dispõe sobre a Política Nacional de
Valorização das Mulheres na Área de
Segurança Pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Nacional de
Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública.

Art. 2º A Política Nacional de Valorização das Mulheres na
Área de Segurança Pública, regulamentada pelo Poder Executivo, seguirá as
seguintes diretrizes:

- a) reserva de vagas de pelo menos 20% (vinte por cento)
das vagas oferecidas nos concursos públicos na área de segurança pública para
mulheres;
- b) publicidade e publicação expressa nos editais acerca da
reserva de vagas prevista nesta Lei;
- c) promoção do aumento da licença maternidade para, pelo
menos, 180 dias;
- d) promoção de equidade na ocupação dos cargos
gerenciais;
- e) realização de pesquisas, estudos e estatísticas sobre o
perfil das servidoras mulheres e a ocupação de cargos;
- f) promoção de estratégia para enfrentamento ao assédio e
à violência contra as mulheres no âmbito do ambiente de trabalho; -



g) inclusão obrigatória de conteúdos relacionados à igualdade entre homens e mulheres nos cursos de formação, com ênfase no ambiente organizacional.

Art. 3º A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art 8º

.....

II –

.....

c) Plano de Valorização das Mulheres na área de Segurança Pública.

.....

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar dos avanços observados nos últimos anos no que diz respeito à valorização das mulheres nas profissões relacionadas à segurança pública, resta ainda muito a ser realizado. Por exemplo, em 2019, as mulheres representavam 13.55% do efetivo nas polícias militares¹. Em 2003, esse percentual era de 6%². Vemos então que houve avanços na última década e meia no que diz respeito ao aumento da presença feminina nas forças de segurança pública.

Entendemos, no entanto, que é necessário promover, de forma mais intensa, a valorização das mulheres nesse campo profissional.

1 Segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, disponível em <

[https://app.powerbi.com/view?](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibW1MjVmMWQtZGRjYi00OTZhLTlINTktZThmYjQ3OThhNmY5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9)

[r=eyJrIjoibW1MjVmMWQtZGRjYi00OTZhLTlINTktZThmYjQ3OThhNmY5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibW1MjVmMWQtZGRjYi00OTZhLTlINTktZThmYjQ3OThhNmY5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9)> Acesso em 27 de março de 2021.

2 Segundo Leonarda e Bárbara Musumeci no artigo: Polícia e Gênero: participação e perfil das policiais femininas nas PMs brasileiras.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215673482700>



Nesse contexto, a estratégia aqui apresentada foi criar uma Política Nacional para isso. Na proposta inicial, sugerimos que haja uma reserva de vagas de pelo menos 20% para o segmento feminino nos concursos públicos para acesso às carreiras. Além disso, a Política tem como diretrizes:

- incrementar a publicidade do tema de forma que as mulheres fiquem sabendo que existe a reserva de vagas;
- promover o aumento de licença maternidade para, pelo menos, 180 dias;
- desenvolver estratégias e promoção de equidade na ocupação dos cargos gerenciais em suas instituições;
- promover a realização de pesquisas, estudos e estatísticas sobre o perfil das mulheres e a ocupação de cargos, de forma que se construa uma inteligibilidade a partir de dados mais específicos e consistentes e que sirvam para reorientar as políticas de segurança pública no que diz respeito à inserção das mulheres e do respectivo desenvolvimento profissional nas carreiras afins;
- promoção de estratégia para enfrentamento ao assédio e à violência contra as mulheres no âmbito do ambiente de trabalho;
- inclusão obrigatória de conteúdos relacionados à igualdade entre homens e mulheres nos cursos de formação, com ênfase no ambiente organizacional.

Como forma de dar efetividade a tais diretrizes, condicionamos o repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública ao ente federado que possua o respectivo Plano de Valorização das Mulheres na Área de Segurança Pública, em acordo com as diretrizes aqui estabelecidas.

Vislumbramos que, durante o processo legislativo, a proposta pode ser aperfeiçoada e outras diretrizes possam ser acrescentadas de forma a fortalecer a posição das mulheres na segurança pública.

Em face do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputada TEREZA NELMA





Projeto de Lei **(Da Sra. Tereza Nelma)**

Dispõe sobre a Política Nacional
de Valorização das Mulheres na Área de
Segurança Pública.

Assinaram eletronicamente o documento CD215673482700, nesta ordem:

- 1 Dep. Tereza Nelma (PSDB/AL)
- 2 Dep. Edna Henrique (PSDB/PB)
- 3 Dep. Professora Marcivania (PCdoB/AP)
- 4 Dep. Erika Kokay (PT/DF)
- 5 Dep. Bia Cavassa (PSDB/MS)
- 6 Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT)
- 7 Dep. Norma Ayub (DEM/ES)
- 8 Dep. Norma Pereira (PSDB/SC)

